

A SITUAÇÃO DO GREGO

NO ENSINO SECUNDÁRIO

A agonia dos estudos gregos no nosso Ensino Secundário, com o inevitável prolongamento no Ensino Superior, é já por muitos encarada com a serena aceitação do sábio estóico perante as situações irreversíveis.

Os alunos de Grego nas escolas secundárias são tão poucos, mesmo no 10º e no 11º anos de escolaridade, que passam quase despercebidos. E no 12º, no ano lectivo que agora termina, havia, no ensino oficial, treze alunos matriculados, em todo o País. Não vale a pena comentar. *Res clamat ipsa!*

Claro que se conhecem bem os preconceitos que envolvem o problema: o Grego (tanto ou mais que o Latim), disciplina de "elítes" sócio-económicas, logo, de conotações políticas suspeitas, "luxo" inútil sem aplicação *prática e rendosa*, numa sociedade onde a Tecnologia e o Lucro são os grandes mitos, sem um contrapeso salutar (que poderia ser constituído, justamente, pelos estudos clássicos) a estabelecer um equilíbrio redentor.

Não vamos discutir, numa revista como CLÁSSICA, pontos de vista desta ordem, nem ensinar ao vigário o padre-nosso. Mas talvez não sejam de todo inoportunas umas breves reflexões sobre certos factos menos conhecidos de alguns.

A par deste consenso geral, "anónimo", do "profanum vulgus" irresponsável, há um bom quinhão de responsabilidades pela situação criada imputáveis a entidades a quem não ficaria mal velar com mais a certo pelos problemas de cultura no nosso País. Até porque a opinião pública também é educável...

Em primeiro lugar, não podemos abstrair da estruturação curricular do actual curso complementar (10º e 11º anos), em que o Grego não passa de uma "opção" (e o Latim pode entrar na "formação específica" em alternativa com uma Língua Estrangeira II, ou ser também uma "opção"). E tanto menos se compreende que assim seja quanto é certo existir, a par de uma "via profissionalizante" para acesso imediato ao mundo do trabalho, uma "via de ensino", que visa o ingresso nos cursos superiores a incluir uma área chamada de "Estudos Humanísticos". Seja como for, Grego e Latim deixaram de ser exigidos para certos cursos universitários, ao contrário do que, alguns anos atrás, acontecia. De momento, são obrigatórios dois anos de Grego apenas para ingresso nos cursos de Língua e Literaturas Clássicas (nas suas diversas variantes), cursos de já de si (pelas razões sabidas) pouco procurados. Para outros cursos, o Grego também raros alunos atrai.

Portanto, e em primeiro lugar, há como causa mais notória deste absentismo as próprias exigências (ou *exigências*) curriculares.

Depois, um segundo grau de responsabilidade cabe a várias escolas, que, por razões de horários e outras, põem obstáculo às matrículas em Grego. Apesar de tudo, há sempre alunos interessados nesta disciplina, e isto por diversas razões — curso em perspectiva, curiosidade, atracção pelo "mistério" dos caracteres, esclarecimento prestado por alguém quanto às vantagens de conhecimentos da língua grega, mesmo para cursos das áreas genericamente designadas por "Ciências" (em oposição a "Letras"). Todavia, não é raro que a escola "desvie" esses alunos para a disciplina X ou Y e se escape a constituir turma de Grego. Assim, lá se perdem todos os anos alguns alunos de estudos helênicos.

É verdade que o Ministério da Educação, de certa maneira, alargou a possibilidade de matrícula nesta disciplina, quando autorizou a constituição de turmas de um só aluno; mas, na prática, verifica-se que várias escolas continuam a proceder de forma a desmotivarem o candidato à matrícula em Grego, por razões que, se nem sempre são válidas, outras vezes têm a sua justificação. Porque o mais grave é que esta atitude resulta também, em boa medida da falta de professores qualificados para a docência dessa área disciplinar. Na realidade,

pouco importa a autorização para constituir turmas com um único aluno, nada interessa a obrigatoriedade de dois anos de Grego para ingresso em certos cursos superiores — se de facto não houver, devidamente distribuídos, professores que façam frente a essas necessidades. E a verdade é que nem sempre os há.

Recuando alguns anos, a quando da fusão dos ensinos liceal e técnico em ensino secundário, fundiram-se também os grupos docentes considerados em correspondência, mas que, em realidade, nem sempre o eram. Assim, o 1º grupo liceal (preparado para o ensino de Português, Latim e Grego) fundiu-se com o 8º A técnico (que incluía apenas Português). Em consequência, todos os professores dos dois grupos, passando a pertencer a um quadro comum, passaram também a opositores nos cursos para o preenchimento de vagas do 8º A, que abarcava agora as três disciplinas do antigo 1º grupo liceal. Deste modo, docentes que haviam feito a sua preparação pedagógica apenas em Português — e, se muitos eram oriundos dos cursos de Filologia Clássica, outros provinham dos de Filologia Românica (já sem falar dos que se lhes vieram juntar procedentes de cursos de vocação bem diferente) — viram-se de repente transformados em potenciais professores de línguas clássicas. É claro que esses docentes, que não tiveram preparação pedagógica e por vezes nem científica para o ensino destas disciplinas, não haviam de sentir-se à vontade a leccionar o latim e sobretudo o grego.

O novo sistema de profissionalização (em exercício), sem as estruturas de apoio necessárias, veio agravar uma situação já de si preocupante. Sem descermos à minúcia de citações estatísticas exactas, podemos contudo esclarecer que se contam por dezenas os professores que concluíram este ano a sua profissionalização no 8º grupo A, com prática docente e trabalhos práticos apenas em Português. Estes — promete-se oficialmente — serão só professores de Português. Mas irão, claro está, concorrer aos lugares de 8º A (porque não têm grupo próprio). E se, nas escolas aonde forem parar, houver candidatos à matrícula em Grego e em Latim? E se não houver lá professor em condições mais favoráveis para a docência destas disciplinas? Aí teremos mais alunos "desviados" para a disciplina X ou Y...

Estes breves apontamentos darão decerto uma ideia da situação

do Grego (e, em certa medida, do Latim) no nosso ensino secundário. Nestas condições, como havemos de estranhar que tantas vezes se tente a desmobilização dos alunos relativamente às línguas clássicas?

No entanto, apraz-nos salientar um reconfortante reverso da medalha, que se tem vindo a esboçar nestes últimos anos. Vários professores, conscientes da crise que os estudos clássicos atravessam actualmente, têm promovido junto dos alunos do Curso Geral (nas aulas de Português, em conversas fora das aulas, no momento das matrículas) uma "campanha" de sensibilização ao estudo das línguas e culturas clássicas, que começa a dar seus frutos. Esses *acreditam* (e ainda bem!) que a doença não é mortal — e lutam por melhorar a situação. Oxalá esta atitude de esperança e fé se propague, e a luta se generalize. E oxalá também que o Ministério da Educação encare de frente o problema e encontre soluções satisfatórias, para bem da cultura em Portugal.

Lisboa, 17 de Julho de 1982

M. C. Faria